

## A GRANDE FALÁCIA: “GASTOS COM EDUCAÇÃO NÃO SÃO GASTOS, SÃO SEMPRE INVESTIMENTOS”

Roberto Lobo\*

22 de outubro de 2025

A expressão “gastos com educação não são gastos, são investimentos” tornou-se um dos lugares-comuns mais recorrentes do discurso político e educacional.

Em pronunciamentos oficiais, campanhas eleitorais e documentos institucionais, ela é utilizada como um enunciado moralmente positivo e incontestável, capaz de justificar qualquer ampliação orçamentária. No entanto, sob uma análise mais rigorosa, essa frase encerra uma **falácia conceitual e prática**: confunde **intenção** com **resultado**, **retórica** com **eficiência**.

### O uso político e simbólico da expressão

A linguagem política tende a substituir conceitos econômicos por metáforas morais. Chamar “gasto” de “investimento” serve, sobretudo, para valorizar a educação, atribuindo-lhe uma superioridade ética frente a outras despesas públicas.

A palavra “investimento” sugere retorno, progresso e racionalidade — termos que mobilizam apoio social e desarmam críticas. Entretanto, como observa o economista Milton Friedman\*\*, *“chamar uma despesa de investimento não a torna produtiva; apenas muda sua justificação retórica”*.

Do ponto de vista das contas públicas, quase todas as despesas em educação — salários, manutenção, transporte, alimentação, bolsas — são **gastos correntes**, cujo retorno não é automático. O simples aumento de recursos não implica melhoria de resultados.

A ideia de que todo gasto educacional é investimento é, portanto, **economicamente imprecisa e politicamente conveniente**.

## A condição para que o gasto se torne investimento

O economista norte-americano Theodore W. Schultz\*\*\*, pioneiro da teoria do capital humano, demonstrou que a educação pode, de fato, ser um investimento quando **eleva a produtividade futura** dos indivíduos e da sociedade. Contudo, isso exige **qualidade, pertinência e eficiência**. O gasto em educação só se converte em investimento quando resulta em **aprendizagem efetiva, redução da evasão, formação de competências relevantes e melhoria de oportunidades sociais**.

No Brasil, todavia, o aumento dos recursos educacionais nas últimas décadas **não se traduziu proporcionalmente em melhores indicadores de aprendizagem**. Dados do INEP e do PISA mostram que o país elevou o gasto público por aluno, mas manteve baixo desempenho médio em leitura, matemática e ciências. Isso indica que **nem todo gasto é produtivo**, e que o verdadeiro investimento depende de **gestão, avaliação e foco em resultados**.

## O risco da falácia

A repetição do mantra “educação é investimento” tem consequências práticas negativas. Em primeiro lugar, **desarma o debate sobre eficiência**: se todo gasto é bom por definição, torna-se indevida qualquer cobrança por resultados. Em segundo, **alimenta políticas de expansão quantitativa sem qualidade**, como a criação indiscriminada de cursos e instituições sem estrutura adequada. Por fim, contribui para a **desresponsabilização gerencial**, uma vez que o retorno social do investimento é raramente medido.

Além disso, há um aspecto frequentemente ignorado: **os recursos públicos são limitados**.

Em qualquer orçamento responsável, **é necessário estabelecer prioridades e opções**. A decisão de ampliar gastos em educação — mesmo que justificada — implica reduzir recursos em outras áreas igualmente essenciais, como saúde, segurança ou infraestrutura. Ignorar essa dimensão leva a **desequilíbrios fiscais** e ao risco de “investimentos” que, no longo prazo, **comprometem a sustentabilidade das próprias**

**políticas sociais.**

O verdadeiro compromisso com a educação exige, portanto, **não apenas gastar mais, mas gastar melhor e dentro das possibilidades reais do Estado.**

### **Conclusão: o gasto que vale a pena**

Educação **pode** e **deve** ser investimento. Mas isso só ocorre quando os recursos aplicados se traduzem em **capital humano, coesão social e inovação produtiva**. Sem esses retornos, trata-se apenas de um gasto entre outros — por mais nobre que seja sua finalidade. Atribuir automaticamente à educação o estatuto de investimento é uma forma de **moralizar o orçamento**, e não de racionalizá-lo.

Como sintetiza Eric Hanushek\*\*\*\* um dos principais pesquisadores da economia da educação: “Não é o quanto se gasta, mas o quanto se aprende que determina o retorno econômico da educação”.

A verdadeira política educacional, portanto, não é a que gasta mais, mas a que **transforma cada real gasto em valor social mensurável, sem comprometer a responsabilidade fiscal** — e só então poderá ser chamada, legitimamente, de **investimento**.

\*Roberto Lobo é PhD em física e *Doutor Honoris Causa* pela Purdue University, foi reitor da USP e é presidente do Instituto Lobo.

\*\*FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and Freedom*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

\*\*\* - SCHULTZ, Theodore W. *Investment in Human Capital: The Role of Education and of Research*. New York: The Free Press, 1971.

\*\*\*\* - HANUSHEK, Eric A.; WOESSMANN, Ludger. *The Knowledge Capital of Nations: Education and the Economics of Growth*. Cambridge, MA: MIT Press, 2015.